D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 15 de julho de 2022. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XVIII Edição Nº 1630

Recadastramento Geral do CadÚnico

A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Mangaratiba já está realizando o Recadastramento Geral do CadÚnico na cidade. O trabalho, que está sendo feito de forma itinerante, vai percorrer todos os distritos nas próximas semanas.

Vale lembrar que o recadastramento é obrigatório e deve ser feito por todos os beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Auxílio Brasil, Vale Social, entre outros. A atualização do CadÚnico garante a regularidade do pagamento dos benefícios e evita a suspensão do mesmo.

Confira abaixo a agenda do recadastramento e a lista de documentos obrigatórios. O atendimento acontece sempre das 9h às 15h.

19/07 - CRAS Muriqui
02/08 - CRAS Conceição de Jacareí
16/08 - CRAS Itinerante Sahy
30/08 - CRAS Itacuruçá
13/09- CRAS Praia do saco
27/09- Ilha da Marambaia



Documentos necessários para o recadastramento:

- RG
- CPF
- Comprovante de Residência Atualizado
- Certidão de Casamento ou Nascimento de todos os componentes familiares
- Declaração Escolar (caso haja criança na composição familiar)

Atos da Prefeitura

PORTARIA ADM. N.º 1699 DE 15 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020,

RESOLVE:
Tornar sem efeito a Portaria Adm. nº 0455 de 15 de março de 2022, publicada no D.O.M. Diário Oficial do Município de Mangaratiba, nº 1548, página 2, que exonerou a pedido o(a) Senhor(a) ANDRE LIMA DE MACEDO, do Cargo de GUARDA MUNICIPAL, matricula n° 3353, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO.

PORTARIA ADM. N.º 1682 DE 15 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020,

RESOLVE:
Tornar sem efeito a Portaria Adm. nº 1671 de 14 de julho de 2022, publicada no D.O.M. Diário Oficial do Município de Mangaratiba, nº 1629, página 04, que exonerou o(a) Senhor(a) ROSANA XAVIER DA CRUZ, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA ADM. N.º 1700 DE 15 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4595 de 12 de novembro de 2021,

RESOLVE:
Art.1º Designar DAYANA HENRIQUE DA SILVA, COORDENADOR, Cód. 76.166, CPF: 13673689797, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Saúde, referente a contratação da Empresa: MED-SUR COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 07.943.870/0001-43, oriunda do Processo Administrativo n°. 208/2021, conforme procedimento licitatório: Contrato n°. 099/2022.

Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
Rômulo dos Santos Nogueira

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procuradora Geral do Município
Juraciára Souza Mendes da Silva

Secretário Municipal de Administração
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controlador Geral do Município
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Fabio Ferreira

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Marcos Antonio Sousa de Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Eduardo Ferreira Jordão

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antonio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Alex Brzeski Barbosa

Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Fernando Luis Mattos da Matta

Secretário Municipal de Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Ordem Pública
Braz Marcos da Silva Marques

Secretária Municipal de Saúde
Sandra Castelo Branco Gomes

Secretário Municipal de Defesa Civil
Eduardo Barbosa Carvalho

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Roberto de Castilho Barbosa

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Jefferson Dias Ricardo

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Sidney Marcello Filho

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Wladimir da Conceição Pereira

1° Secretário
Cecília Ribeiro Cabral

2° Secretário
Nielson Kopke de Jesus

Vereadores:
Ailton Soares Junior
Alessandro Portugal
Cecília Ribeiro Cabral
Doriedson Thimoteo da Costa
Hugo Dourado Graçano
João Fellippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Leandro de Paula
Mair Bichara Araújo
Nielson Kopke de Jesus
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Wladimir da Conceição Pereira

Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 04 de julho de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 15 de julho de 2022.
Jonathan Marins Aguiar
Secretário Municipal de Administração
Portaria 3282/2021

PORTARIA N.º 962 DE 15 DE JULHO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) WILLIAM MOUSINHO FERREIRA, matrícula nº 10407, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGESP, de ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRANSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 963 DE 15 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) BRUNO LOPES SALES SOARES, matrícula nº 311, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR DE ORDEM PÚBLICA E POSTURA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRANSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 964 DE 15 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) IRLEI CARDOSO SILVA, matrícula nº 2289, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR DE ORDEM PÚBLICA E POSTURA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRANSITO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0965 DE 15 DE JULHO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Tornar sem efeito a Portaria nº 0956 de 14 de julho de 2022, publicada no D.O.M. Diário Oficial do Município de Mangaratiba, nº 1629, página 03, que nomeou o(a) Senhor(a) SUELAINE DA SILVA DIAS, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 15 de julho de 2022.
Alan Campos da Costa
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 21/2022

PROCESSO Nº 7956/2022, PP- SRP: 029/2022.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS, COM FORNECIMENTO DE SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO DE ABASTECIMENTO DE FROTAS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, COM CESSÃO DE 02 (DOIS) TANQUES COM CAPACIDADE DE 15 METROS CÚBICOS CADA, 02 (DUAS) BOMBAS DE ABASTECIMENTO, SENDO UMA PARA DIESEL E OUTRA PARA GASOLINA. EM REGIME DE COMODATO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO CONTÍNUA DE PONTO DE ABASTECIMENTO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, **a ser gerenciado pela Secretaria Municipal de Transportes, conforme Termo de Referência.**

Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007. Art. 16 – A. acrescido pelo Decreto Municipal nº. 4215 de 13 de abril de 2020 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 14 dias do mês de julho de 2022, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo **Secretário Municipal de Transporte**, **Sr. Eduardo Estrela dos Santos**, brasileiro, Servidor Público, solteiro, portador da cédula de identidade nº 1052778-0 IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 069.160.309-39, domiciliado Avenida Frei Afonso Jorge Braga, S/N – Praia do Saco – Mangaratiba/RJ, doravante designado

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Dados: 2022.07.14 11:06:47 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Transporte** e, de outro lado, a empresa **REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.913.444/0016-20, Inscrição Estadual nº 12.219.237, com sede a Rua Miguel de Cervantes, nº215, sala 2, Campos Elíseos, Duque de Caxias/RJ, telefone (26) 3911-4256, neste ato, representada pelo **Sr. Flávio Jandoso Navarro,** brasileiro, solteiro, direto comercial, portador da Cédula de Identidade nº 27.187.396-6, emitida pelo SSP SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 271.444.508-08, e daqui por diante denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 4595/2021, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

VALORES DA PROPOSTA -

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR. UNIT	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO	Valor Total Com desconto	MARCA DO PRODUTO OFERTADO
1	1.001.000.01000015 Gasolina Comum C	260.000	Lt.	R$ 7,75	0,50%	R$ 2.004.600,00	Própria/ Refinaria
2	1.001.001.01422945 Diesel S-10	230.000	Lt.	R$ 7,07	0,50%	R$ 1.616.900,00	Própria/ Refinaria

Valor por extenso : **R$ 3.621,500,00 (três milhões, seiscentos e vinte um mil e quinhentos reais).**

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Dados: 2022.07.14 15:07:11 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EMBALAGEM

2.1 - Os produtos deverão ser entregues no endereço constante no Termo de Referência, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ROTULAGEM

3.1 - O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto;

b) Nome e endereço da empresa;

c) Peso líquido;

d) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária);

CLÁUSULA QUARTA: DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

4.1 - O objeto da licitação será recebido pelo (a) servidor(a) responsável designado pela Secretaria Municipal de Transporte;

4.2 - Caberá ao servidor (a) responsável pré-falada, no ato de recebimento, certificar-se de que cada produto esteja sendo entregue na forma e condições estabelecidas no edital, sob pena de responsabilidade funcional.

4.3 - A verificação das embalagens primária e secundária do(s) produto(s) recebido(s) é da competência indelegável da Comissão que deverá, a cada recebimento, certificar se atende às exigências constantes do Termo de Referência,

4.4.- É, também, da inteira responsabilidade do servidor (a) responsável o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado,

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Dados: 2022.07.14 15:07:26 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente homologado pela **Secretário Municipal de Transporte.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Termo de Referência, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. Os preços que vierem a ser pactuados, por decorrência desta licitação, acompanharão a variação do preço médio mensal ao consumidor apurado no Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional de Petróleo – ANP do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a cláusula 11.2 constante no Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da Lei Federal nº 10.192/01, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra de equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.4. Comprovada a redução de preços praticados no mercado, o Município de Mangaratiba, convocará a empresa vencedora, para negociação e redefinir os preços alterando assim a Ata de Registro de Preços.

5.5. Inexiste a possibilidade de adoção, pelas partes, de qualquer espécie de atualização financeira.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Dados: 2022.07.14 15:07:42 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência a entrega do objeto, acompanhada dos comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS e Justiça Trabalhista. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o Termo de Referência. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do **IPCA** *pro rata die,* a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

6.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

6.4 - Da previsão de descontos por antecipação de pagamento seja inferior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela a contratante terá um desconto de 0,01667% ao dia, alcançando ao mês o Máximo de 0,50%(meio por cento) (Lei federal n.º 10.406/02, art.406). Entende-se por antecipação o prazo que não se exceda a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

7.1 Os produtos serão requisitados SEMANALMENTE OU DIARIAMENTE, conforme a necessidade da Secretaria requisitante. Sendo os produtos conferidos pelos servidores designados para fiscalizar contrato, nos moldes previstos no art. 73, II, Alínea a e b da Lei 8666/1993 e Decreto 3293/2014; A entrega será na Sede da Secretaria ou local diverso determinado pelo gestor da pasta conforme Termo de Referência, onde a entrega será acordada com antecedência junto à **CONTRATADA**;

7.2 Os dias de entrega serão fixados da seguinte maneira: De 2ª feira à 6ª feira, caso o dia pré-determinado seja feriado ou não haja expediente normal na repartição pública municipal, será considerado para entrega o 1º dia útil após a data, das 09 às 16hrs.

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Dados: 2022.07.14 15:16:57 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

7.3 Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

7.4 O prazo para início do fornecimento é de 48 (quarenta e oito) horas para realizar a entrega do material solicitado, após a solicitação efetuada pela CONTRATANTE, através da Autorização de Fornecimento, devendo ser entregue no máximo até 08 (oito) dias úteis.

7.5 A Contratada deverá realizar a entrega solicitada no local determinado portando uma Nota Fiscal de simples remessa que deverá conter 02 (duas) vias, sendo 01 (uma) para a Secretaria Municipal de Transporte, 01 (uma) para o fornecedor. Após a confirmação pelo fiscal do contrato da entrega de todos os produtos solicitados, as Notas Fiscais deverão ser assinadas e carimbadas pela Unidade recebedora.

7.6 As despesas com fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;

7.7 Todos os produtos deverão ser transportados em meios de transporte adequados.

7.8 Caso a empresa fornecedora não realize a entrega dos produtos em sua totalidade na data estipulada, o item remanescente não poderá ser entregue em data posterior, excetuada a hipótese de aceitação do respectivo Gestor da pasta e/ou fiscal do contrato.

CLÁUSULA OITAVA: CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Termo de Referência, será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Dados: 2022.07.14 15:16:58 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

8.2 - A **Secretaria Municipal de Transporte** do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que no **Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS, COM FORNECIMENTO DE SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO DE ABASTECIMENTO DE FROTAS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, COM CESSÃO DE 02 (DOIS) TANQUES COM CAPACIDADE DE 15 METROS CÚBICOS CADA, 02 (DUAS) BOMBAS DE ABASTECIMENTO, SENDO UMA PARA DIESEL E OUTRA PARA GASOLINA, EM REGIME DE COMODATO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO CONTÍNUA DE PONTO DE ABASTECIMENTO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a ser gerenciado pela Secretaria Municipal de Transportes, conforme Termo de Referência**, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela **Secretaria Municipal de Transporte,** não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Dados: 2022.07.14 15:17:18 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

CLÁUSULA NONA: DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre **Secretaria Municipal de Transporte** e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital e Termo de Referência, sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Dados: 2022.07.14 15:17:41 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO – A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela **Secretaria Municipal de Transporte**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços conforme Termo de Referência.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Dados: 2022.07.14 15:18:04 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada ao Município de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 4215 de 13 de abril de 2020 aplicando-se

FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808 Dados: 2022.07.14 15:18:29 -03'00'

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Procuradoria Geral do Município

Processo nº 7956/2022
Fls. _____

subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Prefeitura Municipal de Mangaratiba. *Eduardo Estrela*
Secretário de Transportes
Portaria nº 0085/2021

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
Sr. Eduardo Estrela dos Santos
FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Assinado de forma digital por FLAVIO JANDOSO NAVARRO:27144450808
Dados: 2022.07.14 15:18:55 -03'00'

REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A
Flávio Jandoso Navarro

TESTEMUNHAS:

Douglas Araujo Hol...
Coordenador Operacional
Código: 78914

Vinícius Chamarelli Cerqueira
Coordenador - 76320

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Termo de Homologação de Processo Licitatório
Pregão Eletrônico Nº 00007/2022

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de Mangaratiba, sr.(a) Sandra Castelo Branco Gomes, no uso das atribuições legais, conforme a legislação vigente (Lei 8666/93 e Lei 10.520/02), após constatar a legitimidade dos atos procedimentos e correção jurídica das fases internas e externas do procedimento, resolve HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº 00007/2022, cujo objeto trata da aquisição Contratação de empresa visando à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E DE CONSUMO PARA EQUIPAR A FROTA DAS AMBULÂNCIAS DO SAMU, cujos quantitativos e custo estimados encontram-se descritos no Termo de Referência Anexo I deste Edital..

RESULTADO:

Lote 1: Aspirador de Secreção com carregador e bateria 12V .
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: ASSUM PRETO PRODUCOES CULTURAIS E COMERCIO DE MATERIAIS PARA.
CNPJ: 10.462.477/0001-42.
Valor Global: 2.637,10.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Aspirador de Secreção com carregador e bateria 12V	NEVONI	527,420000	5,00

Lote 3: Bomba de Infusora p/ transporte.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: ASSUM PRETO PRODUCOES CULTURAIS E COMERCIO DE MATERIAIS PARA.
CNPJ: 10.462.477/0001-42.
Valor Global: 27.522,20.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Bomba de Infusora p/ transporte	CMOS DRAKE	13.761,100000	2,00

Lote 4: Desfibrilador Externo Automático DEA.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 19.521,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Desfibrilador Externo Automático DEA	CMOS DRAKE / LIFE 400 FUTURA	6.507,000000	3,00

Lote 6: Monitor de Paciente.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 12.130,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Monitor de Paciente	CONTEC / CMS9000	6.065,000000	2,00

Lote 20: Colar cervical Tamanho P.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 697,80.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Saúde

Colar cervical Tamanho P	RESGATE	23,260000	30,00

Lote 21: Colar cervical Tamanho M.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 697,80.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Colar cervical Tamanho M	RESGATE	23,260000	30,00

Lote 26: Esfigmomanômetro tipo - Neonatal.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: ASSUM PRETO PRODUCOES CULTURAIS E COMERCIO DE MATERIAIS PARA.
CNPJ: 10.462.477/0001-42.
Valor Global: 473,60.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Esfigmomanômetro tipo - Neonatal	PREMIUM	94,720000	5,00

Lote 27: Esfigmomanômetro tipo - Adulto;.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 1.580,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Esfigmomanômetro tipo - Adulto;	PREMIUM / ADULTO	79,000000	20,00

Lote 28: Esfigmomanômetro tipo - Infantil;.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 380,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Esfigmomanômetro tipo - Infantil;	PREMIUM / INFANTIL	76,000000	5,00

Lote 29: Esfigmomanômetro tipo: Obeso;.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 470,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Esfigmomanômetro tipo: Obeso;	PREMIUM / OBESO	94,000000	5,00

Lote 30: Kit de instrumento para pequenas cirurgias.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 740,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Kit de instrumento para pequenas cirurgias	ABC	148,000000	5,00

Lote 35: Máscara Laríngean. º2,5 - crianças de 20 a 30kg.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Saúde

Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 5.304,60.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Máscara Laringean. º2,5 - crianças de 20 a 30kg	COMPER	265,230000	20,00

Lote 36: Máscara Laríngea n. º 3,0 - crianças / adolescentes de 30 a 50 Kg.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 5.360,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Máscara Laríngea n. º 3,0 - crianças / adolescentes de 30 a 50 Kg	COMPER	268,000000	20,00

Lote 37: Máscara Laríngean. º 4,0 - adultos de 50 a 70 Kg (geralmente mulheres / homens menores porte).
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 5.360,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Máscara Laríngean. º 4,0 - adultos de 50 a 70 Kg (geralmente mulheres / homens menores porte)	COMPER	268,000000	20,00

Lote 38: Máscara Laríngean.º 5,0 - adultos de 70 a 100 Kg (geralmente homens / idosos ausência de dentes).
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 5.360,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Máscara Laríngean.º 5,0 - adultos de 70 a 100 Kg (geralmente homens / idosos ausência de dentes)	COMPER	268,000000	20,00

Lote 39: Máscara Oxigênio de Não-Reinalação.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 906,90.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Máscara Oxigênio de Não-Reinalação	FOYOMED	30,230000	30,00

Lote 40: Pá Choque Eletrodo DEA compatível como aparelho Cmos drake Adulto .
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 71.000,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Pá Choque Eletrodo DEA compatível como aparelho Cmos drake Adulto	CMOS DRAKE / LIFE 400 FUTURA	710,000000	100,00

Lote 41: Ressuscitador Infatil.
Participação Licitante - Ampla participação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Saúde

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 915,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Ressuscitador Infatil	FARMATEX / INFANTIL	183,000000	5,00

Lote 42: Ressuscitador Adulto.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 970,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Ressuscitador Adulto	FARMATEX / ADULTO	194,000000	5,00

Lote 43: Ressuscitador neonatal.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: Equipar Médico e Hospitalar Ltda.
CNPJ: 25.725.813/0001-70.
Valor Global: 621,78.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Ressuscitador neonatal	MIKATOS	207,260000	3,00

Lote 45: Oxímetro de Pulso Portátil Recarregável. .
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 7.000,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Oxímetro de Pulso Portátil Recarregável.	MOBIL / PC66B	1.400,000000	5,00

Lote 46: Termômetro Digital Laser Infravermelho.
Participação Licitante - Ampla participação

Empresa: LONDRIHOSP IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI.
CNPJ: 42.650.279/0001-07.
Valor Global: 2.920,00.

Produto/Serviço	Marca	Valor Unitário	Quantidade
Termômetro Digital Laser Infravermelho	GP 300 / INFREVERMELHO	146,000000	20,00

MANGARATIBA, 15 de julho de 2022

ASSINATURA

Marcelus Argento de Araujo
Subsecretário de Administração
Cód.: 73515

Página 4 de 4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.709, DE 12 DE JULHO DE 2022.

REGULAMENTA O ART. 144, §3º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 45/2017 (REVISÃO DO PLANO DIRETOR) E ART. 16, INCISOS III, VI E VII DA LEI MUNICIPAL Nº 1.209/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE MANGARATIBA, no uso das atribuições dos artigos 92, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal 45/2017, que revisou o Plano Diretor;

CONSIDERANDO que o art. 144, §3º da Lei Complementar 45/2017 determina que "Ficam vedados os licenciamentos de qualquer natureza nestas áreas até a realização do planejamento específico em cada uma delas pelo Poder Público Municipal."

CONSIDERANDO que até o presente momento ainda não foi traçado o planejamento a que se refere o dispositivo legal acima;

CONSIDERANDO o crescimento imobiliário exponencial no município e a necessidade de controle ambiental a fim de preservar a fauna e flora, como estabelece o art. 23, incisos VI e VII;

CONSIDERANDO que o licenciamento ambiental é um dos instrumentos de controle, como estipulado no art. 3º, do Decreto Estadual RJ 46.890/2019 e que é muito mais eficiente a existência de alguma forma de controle ambiental para áreas já ocupadas do que o crescimento desordenado;

CONSIDERANDO a Lei Federal 6.938/1981, que no art. 6º, inciso VI inseriu o órgão ambiental local no SISNAMA, com prerrogativa de controle ambiental;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 1.209/2019, que instituiu o Código Ambiental de Mangaratiba, precisamente o art. 16, a qual traçou as competências materiais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, dentre as quais a avaliação de recursos naturais do município (inciso III), a condução do licenciamento (inciso VI) e a manifestação sobre questões de interesse ambiental (inciso VII);

CONSIDERANDO os artigos 144 e 145 da Lei Municipal n. 1.209/2019, que estabeleceram regras e obrigatoriedade para o licenciamento ambiental municipal;

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

CONSIDERANDO a necessidade de evitar a contradição entre normas, em prestígio ao Princípio da Eficiência, art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º. Enquanto não houver a execução formal do planejamento específico para a área classificada como Macrozona de Expansão Urbana, como estipulado pelo art. 144, §3º da Lei Complementar 45/2017, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderá conduzir o Controle Ambiental, na forma do art. 16, incisos III, VI e VII; art. 67-E; art. 121, §1º; art. 144 e 145, todos da Lei Municipal n. 1.209/2019, com as alterações da Lei Municipal n. 1.355/2021, bem como art. 6º do Decreto Estadual 46.890/2019.

Art. 2º. No caso do *caput* do art. 1º, deverá haver parecer favorável ao controle ambiental (licenciamento) de pelo menos 02 (dois) técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em relatório motivado e fundamentado.

Art. 3º. Para fins deste decreto, a emissão de licença ambiental, ou qualquer outro instrumento de controle, não anula qualquer passivo de outra natureza que eventualmente possa ser constatado.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Mangaratiba, 12 de julho de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

2

D.O.M.
Diário Oficial do Município de Mangaratiba
15 de julho de 2022 - Ano XVIII - Nº 1630

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.710, DE 12 DE JULHO DE 2022.

REGULAMENTA O TRÂMITE DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS E LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a protocolização e o trâmite dos processos administrativos sobre licenciamento de obras e legalização de imóvel, garantindo maior eficiência e celeridade processual;

DECRETA:

Art. 1º - Os processos deflagrados com objetivo de licenciamento e legalização de obras e imóveis deverão ser apresentados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, instruído com a seguinte documentação:

I – Cópia da identidade, CPF e comprovante de residência em nome do requerente (últimos 90 dias);

a) Caso o requerente não possua comprovante de residência em seu nome, o mesmo poderá anexar comprovante em nome de terceiro devidamente acompanhado de uma declaração do proprietário ou possuidor do imóvel do declarante;

II – Cópia do título de propriedade, documento que comprove a aquisição ou documentos que comprovem a posse do Imóvel;

a) Existindo mais de um proprietário e/ou possuidor, o requerente deverá anexar ao processo administrativo declaração de concordância/anuência dos demais com o requerimento, devendo a assinatura estar com firma reconhecida em Cartório.

b) Caso o requerente seja casado ou mantenha união estável, deverá anexar ao processo administrativo declaração de concordância/anuência com o requerimento de seu cônjuge ou companheiro, devendo a assinatura estar com firma reconhecida em Cartório.

c) Se o imóvel adveio de herança, será competente para formular o requerimento o inventariante, devendo, portanto, anexar termo de inventariança.

d) Se o imóvel adveio de posse, o requerente deverá fazer prova da posse através do documento particular, devendo ainda anexar ao processo administrativo documento que comprove a

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

posse de seu antecessor. Na hipótese de não possuir documento que comprove a posse de seu antecessor, o requerente deverá anexar ao processo administrativo declaração de posse, com duas testemunhas que conheçam a relação fática da posse, com firma reconhecida em Cartório de todas as assinaturas, sob pena de incidência do crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal.

III – 2 (duas) vias do projeto de licença de obras;

IV– 2 (duas) vias do memorial descritivo, obrigatório nos casos de licenciamento de projetos multifamiliares;

V– Procuração, quando for o caso;

VI– Cópia da identidade, CPF e comprovante de residência em nome do procurador (últimos 90 dias), quando for o caso;

VII– Assinatura de engenheiro habilitado e cadastrado na Prefeitura Municipal de Mangaratiba;

VIII– Laudo de exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, exigível nos termos da legislação estadual, quando for o caso;

IX– Cópia do contrato social e última alteração contratual em se tratando de pessoa jurídica;

X – Imposto de Transmissão Rural - ITR, na hipótese de área rural;

XI– Certidão de situação de ocupação/aforamento, em se tratando de imóvel foreiro à União Federal.

XII– Apresentar comprovante de inscrição imobiliária municipal – espelho do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), quando o imóvel já for devidamente cadastrado;

Art. 2º - O setor de protocolo deverá remeter o processo para a Secretaria Municipal de Fazenda, para anexar demonstrativo de débitos do imóvel ou informar, no processo administrativo, que o imóvel não possui inscrição imobiliária municipal.

Parágrafo Único - Caso o imóvel não esteja cadastrado, o processo deverá ser remetido à Secretaria Municipal de Planejamento para informar se a área é pública.

Art. 3º - Após o cumprimento dos dispositivos acima, o processo administrativo deverá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município - PGM, com a finalidade de analisar a documentação anexada pelo requerente.

§1º - Caso a documentação não esteja de acordo com a legislação vigente, a PGM devolverá o processo ao setor de protocolo para notificar o requerente ou seu procurador legal acerca da(s) exigência(s) formulada(s), deferindo o prazo de 30 dias para cumprir as pendências auferidas,

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

podendo este prazo ser prorrogado por igual período a requerimento da parte, sob pena de arquivamento.

§2º -A análise a que se refere o *caput* deste artigo fica limitada à documentação até então juntada para a finalidade de emissão do ato administrativo "licença de obras", excluída a análise de documentação a respeito da Lei Municipal nº 1.209/2019 (Código Ambiental Municipal), a qual é exclusiva da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em processo de controle ambiental autônomo.

Art. 4º -A abertura de processo de licenciamento de obras não exime o Requerente de promover o início imediato do licenciamento ambiental junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na forma do art. 144 e 145 da Lei Municipal nº 1.209/2019, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 1.355/2021.

§1º -O não cumprimento do *caput* deste artigo importará em revogação do alvará e/ou licença de obra que eventualmente já tenha sido concedido.

§2º -Em virtude da necessidade de abertura de processo de controle ambiental autônomo junto ao órgão ambiental, na forma dos artigos 144 e 145 da Lei Municipal nº 1.209/2019, se torna desnecessário o envio do processo de licenciamento de obras, pela PGM, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para opinar.

§3º- Fica, contudo, permitido o envio à Secretaria Municipal de Meio Ambiente caso a PGM identifique quaisquer possíveis infrações ambientais para averiguação e instauração de processo administrativo específico para a apuração do ilícito.

§4º -Poderá o alvará de obras, em suas condicionantes específicas de validade, delimitar o prazo de 30 (trinta) dias contínuos para que o Requerente inicie o processo de licenciamento ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o que não eximirá o administrado das eventuais infrações descritas na legislação ambiental vigente.

Art. 5º - Após o cumprimento do art. 4º, a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, analisará o projeto e irá encaminhá-lo ao setor de fiscalização de obras, ao qual realizará vistoria de campo, apresentando laudo de constatação da situação do local com relatório fotográfico, obrigatoriamente.

Parágrafo Único - Constatada qualquer ilegalidade ou ofensa ao Código de Obras, ao Código de Posturas Municipal, ou a legislação municipal em vigor, a fiscalização de obras deverá exercer imediatamente o poder de polícia, adotando todas as medidas previstas na legislação vigente, devendo em caso de lavratura de auto de infração ou embargo, serem autuados em processos autônomos e apensados ao processo de licenciamento ou legalização.

Art. 6º - A licença ambiental ou informação de inexigibilidade de licenciamento, bem como a realização das vistorias acima citadas são pré-requisitos à aprovação da licença pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

§1º - Caso o setor de fiscalização não vislumbre óbices, o setor de engenharia da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo analisará o projeto, aprovando ou não a licença de obras ou legalização.

§2º - Caso a obra já tenha sido iniciada, a fiscalização de obras efetuará o embargo da mesma, notificará o proprietário/possuidor acerca da aplicação da penalidade correspondente, juntará ao processo de licença de obras uma cópia do auto de infração e encaminhará o processo de licença para o setor de engenharia da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, que, de toda forma, irá analisar a viabilidade do projeto, aprovando ou não a licença de obras.

Art. 7º - Realizados os procedimentos acima, o processo deverá retornar à PGM para verificação do cumprimento de todas as exigências previstas no presente Decreto, inclusive a respeito da abertura de processo de licenciamento ambiental, na forma da Lei Municipal nº 1.209/2019.

§1º - O processo que não atender às exigências legais terá parecer vinculativo pelo indeferimento.

§2º - Estando o processo de licenciamento/legalização em conformidade com a legislação e instruído com todos os documentos necessários, o processo será devolvido à SOURB para deferimento ou não da licença ou legalização requerida.

Art. 9º - Com o deferimento da SOURB, o processo será encaminhado para a Secretaria Municipal de Fazenda, com a finalidade de ser efetuado o cálculo do valor da taxa e emolumentos referente a expedição da licença e a cobrança dos tributos referentes à obra licenciada, de eventuais multas decorrentes do poder de polícia da fiscalização municipal, bem como de outros tributos ou multas, eventualmente pendentes e relacionadas ao imóvel.

Art. 10º - Com todos os tributos e multas quitados será emitido o alvará e autorizada a retirada, pelo requerente ou procurador constituído, das plantas aprovadas.

Art. 11º - O Secretário Municipal de Administração deverá editar ato regulamentando os trabalhos – rotina interna, referentes ao licenciamento de obras no setor de protocolo.

Art. 12º - Visando garantir maior celeridade nos processos administrativos, o setor de protocolo deverá informar previamente ao requerente acerca dos documentos necessários descritos no art. 1º deste Decreto.

Art. 13º - Os requerimentos para licenciar hotéis, aprovação de loteamentos, condomínios com mais de 15 unidades, empreendimentos turísticos, projetos multifamiliares com mais de 15 unidades habitacionais, prédios comerciais e industriais, também devem, obrigatoriamente, observar todas as regras insculpidas neste Decreto.

Parágrafo Único – Após todo o trâmite estipulado neste Decreto, os requerimentos descritos no *caput* deste artigo, deverão ser submetidos a análise do Prefeito para deferimento ou indeferimento.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 14 - As licenças emitidas em desacordo com o presente Decreto, em caso de vício insanável, serão nulas de pleno direito.

Art. 15 - O servidor que descumprir o disposto no presente Decreto poderá responder pelos seus atos, ação ou omissão, na forma da lei.

Art. 16 - Este decreto entra em vigor na data da publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n.° 3343, de 18 de março de 2015.

Mangaratiba, 12 de julho de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECLARAÇÃO DE POSSE

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, eu _____ residente à _____, nº _____, complemento _____, bairro _____, município de _____, UF _____, RG nº _____, expedida pelo _____, CPF nº _____, possuidor do imóvel situado na _____, n. _____, complemento _____, bairro _____, município de Mangaratiba - RJ, **DECLARO** para os devidos fins e efeitos legais perante o Município de Mangaratiba, que possuo a cerca de _____ anos a posse contínua e incontestável do terreno/imóvel acima referido, sendo esta posse mansa e pacífica, nos termos da legislação pertinente, na qual esta relação fática é reconhecida por duas testemunhas idôneas, abaixo assinadas e qualificadas.

DECLARO AINDA, sob as penas da Lei, que não está (não encontra-se) em andamento nenhuma ação judicial que conteste minha posse. Assim sendo, firmo a presente declaração, na presença de duas testemunhas, com firma devidamente reconhecida em Cartório.

Mangaratiba, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS:
1) _____
Identidade:
CPF:

2)_____
Identidade:
CPF:

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia
Jessica Mendes Rodolfo

Diagramação:
Claud Bernard

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferreira Vasconcellos

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal